

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA  
CATARINA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos superávits/déficits

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Conselheiros e Administradores da  
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina  
Florianópolis - SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 14 de maio de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2/SC 000202/F-1

  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1SP 124504/O-9 -S- SC

  
Dioclécio Oechsler  
Contador CRC SC 23.520/O-9

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)		Nota	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.725.817	8.521.342	Fornecedores		1.055.189	900.322
Anuidades a receber	5	8.520.388	4.050.156	Empréstimos e financiamentos	11	4.204.606	3.188.154
Defensoria dativa a receber	6	-	211.457	Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.568.710	1.474.291
Outros créditos	7	544.213	3.778.950	Obrigações estatutárias	13	2.581.440	6.839.596
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.790.418</b>	<b>16.561.905</b>	Anuidades a realizar	14	9.046.301	10.554.465
<b>Não circulante</b>				<b>Outras obrigações</b>			
Anuidades a receber	5	-	70.910	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.685.653</b>	<b>23.298.508</b>
Outros créditos	7	87.541	-	<b>Não circulante</b>			
Investimentos	8	592.273	382.052	Empréstimos e financiamentos	11	5.765.609	6.964.466
Imobilizado	9	60.382.547	61.031.425	Provisão para contingências	15	2.966.681	3.010.611
Intangível	10	155.638	275.829			8.732.290	9.975.077
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>61.217.999</b>	<b>61.760.216</b>	<b>Patrimônio social</b>	16		
<b>Total do ativo</b>				<b>Patrimônio social</b>			
		<b>76.008.417</b>	<b>78.322.121</b>	Patrimônio social		25.330.314	21.235.118
				<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>			
				Ajuste de avaliação patrimonial			
				Total do patrimônio social			
				Total do passivo e patrimônio social			
				Total do passivo e patrimônio social			
				76.008.417			
				78.322.121			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos superávits/déficits

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2017	2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	19	36.485.988	31.049.925
Receitas/(despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias		(8.886.509)	(7.323.780)
Despesas administrativas	20	(27.615.506)	(28.611.641)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	5.588.827	6.901.910
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas		5.572.800	2.016.414
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	22	(1.477.604)	(1.669.617)
Superávit/(Déficit) do exercício		4.095.196	346.797

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Demonstrações das mutações do patrimônio social (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	20.888.321	24.366.676	45.254.997
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(553.258)	(553.258)
Superávit do exercício	346.797	-	346.797
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	21.235.118	23.813.418	45.048.536
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(553.258)	(553.258)
Superávit do exercício	4.095.196	-	4.095.196
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25.330.314	23.260.160	48.590.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em Reais)

	2017	2016 (Reapresentado)
Superávit do exercício	4.095.196	346.797
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	(43.930)	1.541.156
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.089	(874.279)
Realização ajuste de avaliação patrimonial	(553.258)	(553.258)
Baixa de imobilizado	135.676	414.450
Depreciação/amortização	2.182.518	1.817.007
	<u>5.817.291</u>	<u>2.691.873</u>
Redução/(aumento) nos ativos		
Anuidades a receber	(4.400.411)	(2.777.364)
Defensoria dativa a receber	211.457	622.925
Outros créditos	3.147.196	(3.316.570)
	<u>(1.041.758)</u>	<u>(5.471.009)</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	154.867	(558.452)
Obrigações sociais e trabalhistas	94.419	(473.613)
Obrigações estatutárias	(4.258.156)	5.062.816
Anuidades a realizar	(1.508.164)	6.290.022
Outras obrigações	(112.273)	118.988
	<u>(5.629.307)</u>	<u>10.439.761</u>
Recursos Líquidos absorvidas nas atividades operacionais	<u>(853.774)</u>	<u>7.660.625</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Redução/(aumento) em investimentos	(210.221)	(161.624)
Baixas/(aquisições) líquidas no imobilizado/intangível	(1.549.125)	(2.813.751)
Recursos Líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(1.759.346)</u>	<u>(2.975.375)</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de empréstimos e financiamentos	(182.405)	(421.010)
Recursos Líquidos aplicados nas atividades de financiamento	<u>(182.405)</u>	<u>(421.010)</u>
Aumento/(redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.795.525)</u>	<u>4.264.240</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.521.342	4.257.102
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.725.817	8.521.342
Aumento/(redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.795.525)</u>	<u>4.264.240</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída por meio do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 08 de maio de 2018 e serão posteriormente submetidas à Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício e o superávit/déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.1. Reapresentação do exercício anterior (2016)

Em atendimento ao pronunciamento CPC 23, a Entidade efetuou correções nos saldos relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são demonstrados abaixo:

Conta	Nota	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Anuidades a receber	a	5.305.409	(1.255.253)	4.050.156
Totais Ajustes Ativo			(1.255.253)	-
Fornecedores	b	914.710	(14.388)	900.322
Patrimônio social	a / c	46.289.401	(25.054.283)	21.235.118
Ajuste de avaliação patrimonial	c	-	23.813.418	23.813.418
Total dos Ajustes Passivo			(1.255.253)	-
Receita Operacional Líquida	d	31.049.665	260	31.049.925
Total dos Ajustes Receita			260	-

- a) Correção dos valores de anuidades de exercícios anteriores a receber, em contrapartida com patrimônio social. Estas correções decorrem do efeito temporal entre a data do pedido de licenciamento ou de cancelamento do registro (seja por vontade do advogado ou por falecimento) e o deferimento pela câmara julgadora. Quando julgado o processo de baixa, este retroage seus efeitos de correção à data do protocolo do pedido.
- b) Correção dos valores de fornecedores liquidados através de reembolsos de viagem, em contrapartida com patrimônio social.
- c) Correção da realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial conforme a depreciação proporcional dos bens reavaliados, ajustado em contrapartida com patrimônio social;
- d) Correção referente multa eleitoral reabilitada.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

### 3.2. Anuidades e defensoria dativa a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As anuidades a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. A provisão é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber e registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das anuidades a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de anuidades a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

### 3.3. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e reavaliação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

### 3.4. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao impairment test.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

---

### 3.9. Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

### 3.10. Apuração do resultado - superávit/déficit

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da Entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

### 3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa seccional	3.874	1.770
Caixa subseções	44.432	43.623
Bancos conta movimento seccional	100.050	151.596
Bancos conta movimento subseções e filiais	708.372	361.874
Bancos conta poupança	89.414	84.552
Aplicações financeiras	4.779.675	7.877.927
	<u>5.725.817</u>	<u>8.521.342</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Anuidades a receber

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Anuidades a receber - exercício corrente	5.846.967	4.968.773
Anuidades a receber - exercícios anteriores	10.826.378	7.356.070
Infrações disciplinares e eleitorais	343.201	325.079
Cartões a receber anuidades e taxas	31.609	-
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(8.527.767)	(8.528.856)
	<u>8.520.388</u>	<u>4.121.066</u>
Circulante	8.520.388	4.050.156
Não circulante	-	70.910

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de anuidades a receber por idade de vencimento.

No exercício de 2017 a Administração da Entidade procedeu a um estudo de seu histórico de recuperabilidade de créditos e implementou uma nova política de provisão para perdas de Anuidades a receber, conforme abaixo:

	Percentual de provisão
Anuidades dos exercícios de 2008 a 2013 não ajuizadas	100%
Anuidades do exercício de 2014 não ajuizadas	90%
Anuidades do exercício de 2015 não ajuizadas	80%
Anuidades do exercício de 2016 não ajuizadas	70%
Anuidades do exercício de 2017 não ajuizadas	60%
Renegociações de anuidades	80%
Multas eleitorais e disciplinares 2008 a 2017 não ajuizadas	90%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os exercícios 2016 e 2017:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	(8.528.856)	(9.403.135)
Adições	(20.291)	-
Exclusões	19.202	874.279
Saldo final	<u>(8.527.767)</u>	<u>(8.528.856)</u>

6. Defensoria Dativa a receber

Demonstramos abaixo a movimentação da conta:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	211.457	834.382
Recebimentos	(180.740)	(935.236)
Perdas com defensoria dativa	(30.717)	-
Apropriação do exercício	-	312.311
Saldo final	<u>-</u>	<u>211.457</u>

7. Outros créditos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos a subseções	160.639	180.425
Adiantamento a empregados	224.365	209.784
Repasse estatutário a apropriar (a)	-	3.064.806
Empréstimos	-	156.319
Créditos diversos	159.209	80.077
Adiantamento repasse FIDA	87.540	87.540
	<u>631.753</u>	<u>3.778.951</u>
Circulante	544.213	3.778.951
Não circulante	87.540	-

- (a) O montante a receber registrado na rubrica repasse estatutário a apropriar é decorrente das anuidades relativas ao exercício de 2017 recebidas antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. No exercício de 2017, houve ajuste da diretriz desse repasse e o mesmo passou a ser apropriado conforme o exercício de competência das anuidades e não mais pelo seu recebimento financeiro. Dessa forma, o Repasse Estatutário ocorrerá dentro do exercício de competência da anuidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

8. Investimentos

	31/12/2017	31/12/2016
Cotas OABCred	497.952	334.001
Sicoob Cota 3033/16020-5 Joaçaba	-	36
Sicoob Cota 3326/870056-7 Chapecó	5.177	4.315
Sicoob Cota 3326/87009-9 Joinville	9.202	8.735
Sicoob Cota 3326/870196-2 Rio do Sul	6.549	5.031
Sicoob Cota Maxicrédito 67.177-0	73.393	27.952
Viacred Cota 366.542-9 Timbó	-	1.982
Total de Investimentos	<u>592.273</u>	<u>382.052</u>

9. Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo foi identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. A Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, tomando como base os laudos que foram preparados utilizando-se o método evolutivo.

O método evolutivo segue a prerrogativa do item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela empresa Avesa Engenharia.

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR- 14653-2 e NBR-14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Considerações das inspeções técnicas:

- Vistoria;
- Títulos de propriedade e outros documentos;
- Caracterização do local;
- Avaliação das benfeitorias e instalações;
- Valor total das benfeitorias e instalações;
- Avaliação de equipamentos, móveis e demais itens;
- Conclusão;
- Anexos.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

A adoção dessa avaliação resultou em um ajuste de R\$ 28.001.985, bem como a identificação de uma provisão para impairment de R\$ 122.026. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio social da Entidade, conforme mencionado na nota explicativa 2, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Demonstramos abaixo a composição do imobilizado:

	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	22.493.400	22.493.400
Móveis e utensílios	4.168.040	4.060.186
Obras de arte	230	230
Edifícios	31.924.552	18.065.738
Obras em andamento	703.366	13.425.159
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.796.955	3.796.955
Máquinas e equipamentos	1.542.856	1.530.291
Equipamentos de informática e software	1.335.538	1.280.867
Veículos	168.595	140.834
( - ) Depreciação acumulada	<u>(5.750.985)</u>	<u>(3.762.235)</u>
	<u>60.382.547</u>	<u>61.031.425</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do Imobilizado para o exercício de 2017:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2017
Terrenos	22.493.400	-	-	-	22.493.400
Móveis e utensílios	4.060.186	160.226	(52.372)	-	4.168.040
Obras de arte	230	-	-	-	230
Edifícios	18.065.738	-	-	13.858.814	31.924.552
Obras em andamento	13.425.159	1.137.021	-	(13.858.814)	703.366
Máquinas e equipamentos	1.530.291	53.460	(40.895)	-	1.542.856
Equipamentos informática	1.280.867	103.067	(48.396)	-	1.335.538
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	3.796.955	-	-	-	3.796.955
Veículos	140.834	89.000	(61.239)	-	168.595
	<u>64.793.660</u>	<u>1.542.774</u>	<u>(202.902)</u>	<u>-</u>	<u>66.133.532</u>

Demonstramos abaixo a movimentação da depreciação acumulada para o exercício de 2017:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
Móveis e utensílios	(999.988)	(411.361)	19.058	(1.392.291)
Edifícios	(1.372.247)	(1.077.866)	-	(2.450.113)
Máquinas e equipamentos	(412.155)	(153.894)	14.157	(551.892)
Equipamentos informática	(657.622)	(256.983)	47.512	(867.093)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	(266.435)	(151.878)	-	(418.313)
Veículos	(53.788)	(31.783)	14.288	(71.283)
	<u>(3.762.235)</u>	<u>(2.083.765)</u>	<u>95.015</u>	<u>(5.750.985)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

A Administração da Entidade analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A análise de recuperação dos ativos é realizada anualmente, sendo que o mesmo não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Foram cedidos bens da Entidade em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

Demonstramos abaixo a movimentação do Ajuste de Avaliação Patrimonial registrado no Patrimônio Líquido:

Avaliação Patrimonial

AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Total do imobilizado AAP	28.001.985	28.001.985
(-) Depreciação acumulada AAP	(4.741.825)	(4.188.567)
Total do imobilizado AAP líquido	23.260.160	23.813.418
Realização total AAP no PL no exercício	(553.258)	(553.258)

10. Intangível

	31/12/2017	31/12/2016
Direito de uso de softwares	495.528	516.965
( - ) Amortização acumulada	(339.890)	(241.136)
	155.638	275.829

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível líquida:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2017
Direito de uso de sistemas	275.829	6.351	(27.789)	(98.753)	155.638
	275.829	6.351	(27.789)	(98.753)	155.638

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

### Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos ativos intangíveis da Entidade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período findo em 31 de dezembro de 2017, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

### 11. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Taxa	31/12/2017	31/12/2016
Badesc	Capital de giro	TJLP +12,8% a.a	271.433	561.481
Badesc - Obra Joinville	Capital de giro	TJLP + 6,1% a.a	3.484.700	3.897.165
Bancoob	Capital de giro	CDI + 0,22% a.m	554.225	760.144
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	1,41% a.m	107.985	146.791
Coop. de Cred. Mutuo Dos Adv.	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m	2.306.732	2.818.487
Sicoob Maxicredito Ctr. 1390851	Capital de giro	1,75% a.m.	-	1.800.000
Sicoob Maxicredito Ctr. 177.466-0	Capital de giro	1,50% a.m.	1.700.000	-
Sicoob Adv. SC Ctr 17.818-2	Capital de giro	1,50% a.m.	500.000	-
Sicoob Adv. SC Ctr 19.042-3	Capital de giro	1,50% a.m.	500.000	-
Sicoob Adv. SC Ctr 18.373-8	Capital de giro	1,50% a.m.	150.125	-
Sicoob Adv. SC Ctr 17.895-0	Capital de giro	1,50% a.m.	45.719	-
Sicoob Adv. SC Ctr 17.378-5	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	349.296	-
Empréstimos Subseção	Capital de giro	CDI	-	168.552
			<u>9.970.215</u>	<u>10.152.620</u>
Circulante			4.204.606	3.188.154
Não circulante			5.765.609	6.964.466

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

### 12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	329.941	313.221
Provisão de férias	830.829	773.630
Pensão alimentícia	304	-
Sindicato	63	63
Empréstimos de funcionários a repassar	5.777	5.927
FGTS a pagar	74.272	71.350
INSS a recolher	213.717	194.892
PIS a recolher	12.948	12.122
IRRF - assalariados	52.848	45.845
IRRF - serviços de autônomos	4.672	2.682
IRRF sobre serviços prestados P. Jurídica	4.518	2.005
ISS	14.569	10.413
CSRF	24.252	42.141
	<u>1.568.710</u>	<u>1.474.291</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

13. Obrigações estatutárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cota estatutária Conselho Federal	1.769.155	3.827.562
Cota estatutária CAASC	695.799	2.511.802
Cota estatutária FIDA	51.551	435.297
Parcelamento FIDA	64.935	64.935
	<u>2.581.440</u>	<u>6.839.596</u>

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da Entidade e faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	<u>Percentual</u>
Total das receitas brutas mensais	100%
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	<u>40%</u>
Percentual de repasse à CAASC	<u>20%</u>

14. Anuidades a realizar

Nos meses de novembro e dezembro de 2017 foram recebidas 10.948 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2018, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício com pagamento até 20 de dezembro de 2017 e 10% com vencimento até 31 de dezembro de 2017.

Dessa forma, o montante das Anuidades do exercício de 2018 recebidas em cota única em 2017 totalizou R\$ 10.681.872 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 1.635.571, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 9.046.301. Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2018 em atendimento ao princípio da competência contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

---

15. Provisões e passivos contingentes

A Entidade é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de sua operação e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para contingências:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	3.010.611	1.469.455
Adições	161.454	1.555.848
Exclusões	(205.384)	(14.692)
	<u>2.966.681</u>	<u>3.010.611</u>

Demonstramos abaixo a abertura da natureza da Provisão para contingências:

Cível	1.235.925	2.110.523
Trabalhista	1.730.756	900.088
	<u>2.966.681</u>	<u>3.010.611</u>

16. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

17. Seguros (não auditado)

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

## 18. Instrumentos financeiros

### 18.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

### 18.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, anuidades a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

### 18.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela tesouraria.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

### 18.4. Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

19. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, demonstramos abaixo a conciliação da receita operacional bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016 (Reapresentado)
Anuidades de advogados	32.189.585	27.206.011
Aluguéis	1.000.062	834.117
Taxas e emolumentos	3.296.341	3.009.797
	<u>36.485.988</u>	<u>31.049.925</u>

20. Despesas administrativas

As despesas administrativas, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	2017	2016
Despesas com pessoal	(14.134.212)	(14.101.088)
Serviços profissionais	(4.154.068)	(3.219.478)
Contribuições, impostos e taxas	(148.356)	(89.149)
Despesas com aluguéis	(948.957)	(860.864)
Manutenção de bens móveis e imóveis	(242.289)	(154.193)
Despesas com veículos	(112.262)	(136.539)
Bens de pequeno valor	(8.992)	(15.357)
Publicidade e eventos	(939.882)	(1.731.165)
Despesas de viagens e estadias	(1.288.887)	(1.180.556)
Despesas com depreciações e amortizações	(1.629.786)	(1.824.631)
Prestadores de serviços	(1.441.633)	(1.697.318)
Material de consumo	(1.531.086)	(1.200.026)
Despesas diversas	(837.388)	(823.267)
Despesas com provisões	(161.454)	(1.555.848)
Despesa nacional de advocacia	(36.254)	(22.162)
	<u>(27.615.506)</u>	<u>(28.611.641)</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

21. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inscrições em Eventos	160.172	61.356
Receitas Exame de Ordem	1.217.168	1.154.482
Receitas de Fotocópias	765.571	1.412.028
Contribuições Voluntárias	21.571	27.888
Patrocínio para Eventos	624.690	208.562
Receita de Cursos/Treinamentos	207.861	444.589
Receita Esa	347.796	859.814
Receitas Estacionamento	-	1.570
Receita c/ Comissões	99.128	29.849
Receitas Conferências	132.740	-
Receita Sede Balneária	93.841	60.960
Receita Pousada	28.612	32.254
Receita Evento Feijoada	52.605	42.400
Receita Auxílios Financeiros	1.258.570	725.213
Reversão de Provisão Créd. LÍq. Duvidosa.	1.089	874.279
Indenizações/Recuperações Recebidas	4.883	390.239
Receita Defensoria Dativa	-	312.311
Receitas Diversas	662.679	405.962
Outras receitas	<u>5.678.976</u>	<u>7.043.756</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (Prejuízo) na Alienação de Ativo Imobilizado	(22.274)	10.475
Perda/Quebra/ Doação Ativo Imobilizado	(67.875)	(152.321)
Outras despesas	(90.149)	(141.846)
Total líquido	<u>5.588.827</u>	<u>6.901.910</u>

22. Receitas e despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos aplicações financeiras	214.996	523.391
Descontos obtidos	15.396	5.218
Distribuição de sobras	169.971	-
Receita atualização Selic	-	111.569
Receitas financeiras	<u>400.363</u>	<u>640.178</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos s/ empréstimos	(1.448.694)	(1.586.477)
Despesas bancárias	(46.368)	(40.122)
IRRF s/ aplicações	(2.465)	(4.005)
Juros e multas	(30.542)	(364.386)
Taxa administração de cartão	(2.249)	-
Despesas com cobranças	(347.649)	(314.805)
Despesas financeiras	<u>(1.877.967)</u>	<u>(2.309.795)</u>
Total líquido	<u>(1.477.604)</u>	<u>(1.669.617)</u>